



# CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

MARIANO MORO – RS

---

## **MOCÃO DE APELO Nº 01/2024, DE 20 DE MAIO DE 2024**

**Solicita empenho no que tange a reconstrução do Estado do RS e desburocratização em relação a liberação de recursos, em virtude da recente catástrofe climática que atingiu grande parte dos Municípios gaúchos.**

Senhor Presidente,

Os Vereadores signatários, requerem o envio de **MOCÃO DE APELO** a Presidência da República, ao Congresso Nacional e ao Tribunal de Contas da União (TCU), solicitando empenho no que tange a reconstrução do Estado do RS e desburocratização em relação a liberação de recursos, em virtude da recente catástrofe climática que atingiu grande parte dos Municípios gaúchos.

Apelamos ao Congresso Nacional a apreciação urgente do pacote de medidas enviado pelo Governo Federal na forma de três medidas provisórias, que embora entrem em vigor imediatamente, precisam do aval de Câmara e Senado em até 120 dias para não perderem validade.

Apelamos ao TCU, para ações direcionadas a reconstrução do Estado do RS, semelhantes aquelas adotadas quando da pandemia do COVID-19, no que diz respeito a flexibilização das exigências contidas na Lei Complementar nº101/2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal.

Requeremos a apreciação desta proposição em regime de urgência, com a discussão e votação na Reunião Ordinária de 20/05/2024.

## **EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS**

Apresentamos esta proposição para apelármos ao Governo Federal e ao Congresso

---



## CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

### MARIANO MORO – RS

---

Nacional o direcionamento de esforços e recursos para a reconstrução do Estado do Rio Grande do Sul.

Além das pessoas que pereceram e daquelas que permanecem desaparecidas, manifestamos nossa preocupação com a situação das pessoas desabrigadas, que não podem retornar aos seus lares enquanto não se resolverem os alagamentos, haja vista as previsões de que ainda podem vir chuvas nos próximos dias. O Rio Grande do Sul tem 428 dos seus 497 municípios com algum relato de problema relacionado ao temporal, com 1,476 milhão de pessoas afetadas.

Registramos que o Município de Mariano Moro e região não foi atingido com a mesma intensidade que a maioria dos municípios do Estado. Embora o volume de chuvas tenha sido acima da média para o período, não nos afetou diretamente e da mesma forma. O nível do rio Uruguai elevou-se e atingiu algumas famílias, mais ainda assim, dentro dos planos de contingência do Município.

Ainda assim, provavelmente, em breve o nível do rio Uruguai deve se elevar, em virtude das chuvas em outras regiões que recebem volumes de água em sua cabeceira, ou então com uma possível abertura de comportas de barragens, necessárias para escoamento dessas águas.

O Governo do RS decretou estado de calamidade, situação reconhecida pelo Governo Federal, para que o estado esteja apto a solicitar recursos federais para ações de defesa civil, como assistência humanitária, reconstrução de infraestruturas e restabelecimento de serviços essenciais. A Defesa Civil colocou a maior parte das bacias hidrográficas do estado com risco de elevação das águas acima da cota de inundação.

Reconhecemos as atitudes dos entes públicos e da população em geral nessa hora de solidariedade e ajuda humanitária, que auxiliaram no resgate de pessoas e animais, fizeram doações e dos voluntários que estão colaborando na coleta de doações, no preparo de refeições, entre outras ações.

Dos inúmeros incidentes causados por essa catástrofe climática, muitas lavouras, produções agrícolas e a pecuária foram afetadas, o que além dos prejuízos econômicos diretos, causa desabastecimento de alimentos e a conseqüente elevação de preços. As estradas afetadas prejudicam o deslocamento das pessoas, de alimentos, combustíveis e outros produtos importantes para a economia gaúcha. Empresas grandes e pequenas, geradoras de emprego e renda foram amplamente afetadas.



## CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

### MARIANO MORO – RS

---

Conforme o governo do Rio Grande do Sul, estima-se em quase R\$ 19 bilhões o custo a médio e longo prazo para reerguer o estado após as enchentes. Serão necessários recursos para desobstrução de vias e construção de acessos alternativos, recuperação de rodovias, estradas e pontes.

Para o restabelecimento de serviços essenciais, será necessária a reconstrução total ou parcial de edificações e equipamentos públicos afetados (escolas, saúde, assistência social, casas prisionais, etc). Quanto a estruturação urbana, são necessários recursos para reforma e construção de unidades habitacionais, reurbanização dos locais atingidos e novos loteamentos (iluminação, saneamento, pavimentação), limpeza de casas e estabelecimentos, remoção de escombros e destinação de resíduos sólidos urbanos (entulhos) e de animais, e desmontagem de edificações e estruturas comprometidas.

O setor primário requer apoio aos negócios e à produção rural (linhas de crédito, crédito subsidiado, prorrogação de licenças, prorrogação de pagamento de tributos, medidas de emprego e renda) e apoio a reconstrução.

Restabelecimento das unidades de produção agropecuária (recuperação de solo, crédito subsidiado para insumos, sementes, etc).

Também serão necessárias medidas ambientais para recuperação de ecossistemas degradados, bem como ações de prevenção através de políticas públicas para novas ocorrências climáticas severas.

Na certeza da devida atenção para essa situação atípica e urgente, acreditamos na aprovação desta proposição.

CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANO MORO - RS, aos vinte (20) dias do mês de maio de dois mil e vinte e quatro (2024).

**Neimar Luis Battisti**

Vereador Presidente PDT



# CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

MARIANO MORO – RS

---

**Beatriz C. Bottega Targas**

Vereadora PDT

**Delafiori Tenutti de Santana**

Vereador MDB

**Giovana T. Rossarola**

Vereadora PDT

**Mauri José Vendrame**

Vereador PT

**Odair Ecker**

Vereador MDB

**Rosane Mara Gritti**

Vereadora PT

**Valentim Punhi**

Vereador PDT

**Vitório José Luiz**

Vereador Republicanos